

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



ORIENTAÇÕES SOBRE COMO INSERIR INFORMAÇÕES NO SIMEC MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO

RESOLUÇÕES CD/FNDE:

Nº 17, de 16/05/2013

Nº 23, de 10/06/2013 (altera a nº 17, de 16/05/2013)

2013

Brasília/DF

APRESENTAÇÃO

O Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC - <http://simec.mec.gov.br>), que pode ser acessado de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores (Internet), representa uma importante evolução tecnológica, dando agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do MEC.

O **MÓDULO EDUCAÇÃO INFANTIL MANUTENÇÃO (E. I. MANUTENÇÃO)** do SIMEC, antigo **MÓDULO PROINFÂNCIA MANUTENÇÃO**, foi criado para subsidiar o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na análise e aprovação das solicitações para a transferência direta de recursos financeiros pleiteados por municípios e pelo Distrito Federal para a educação infantil (creche e pré-escola).

O acesso ao SIMEC – MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO é liberado **exclusivamente para Prefeitos(as) e para o(a) Secretário(a) de Estado da Educação do Distrito Federal**.

Este Manual apresenta como fazer o cadastro no SIMEC no “Módulo Educação Infantil Manutenção”. É dividido em uma breve introdução seguida das orientações sobre como inserir informações no SIMEC – MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO em suas diferentes opções “Unidades do Proinfância”, “Novas Turmas de Educação Infantil” e “Suplementação de Creches MDS”, que explicam sobre a transferência dos recursos e sua aplicação, pelos municípios e Distrito Federal. Ao final, são anexadas as Resoluções CD/FNDE. Esclarecemos que novos ajustes no Sistema poderão ser feitos a qualquer tempo, visando a melhor interatividade com o sistema.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	02
1. CADASTRO NO SIMEC – MÓDULO E.I MANUTENÇÃO	04
2. INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA	08
2.1. SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Resolução CD/FNDE nº 17/2013	10
CONTATOS	18
ANEXO I - Resolução CD/FNDE nº 17, de 16 de maio de 2013.....	19
ANEXO II - Resolução CD/FNDE nº 23, de 10 de junho de 2013.....	32

1. CADASTRO NO SIMEC – MÓDULO E.I. MANUTENÇÃO

O Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) é um sistema que pode ser acessado de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores (*Internet*). **É recomendável acessá-lo pelo navegador Mozilla Firefox** (sempre com a versão mais atualizada).

Deverão fazer o cadastro no sistema todos os(as) **atuais prefeitos(as) e o(a) Secretário(a) de educação do DF**. Aqueles que têm acesso a outros módulos e ainda não se cadastraram no MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO deverão solicitar o cadastro de usuário desse módulo (E. I. MANUTENÇÃO).

Os usuários que já possuem acesso a outro módulo do Simec apenas visualizarão uma nova aba.



Figura 1– Abas de módulos que podem ser ativados para prefeitos dentro do SIMEC

Ressaltamos que o acesso de usuários com outras funções no Distrito Federal ou no município não será liberado. **Toda a informação inserida no sistema e enviada ao MEC para análise é declaratória e o(a) prefeito(a) municipal ou o(a) Secretário(a) de educação do DF é o responsável por sua veracidade.**

1.1. Acessar a página inicial do SIMEC (<http://simec.mec.gov.br>).



Figura 2 – Página inicial do SIMEC

1.2. A caixa **Acesse o Sistema** está à direita da tela inicial.

Iniciar o cadastro clicando em [Solicitar Cadastro](#)



Figura 3 – Solicitar Cadastro

1.3. Na tela “Solicitação de Cadastro de Usuários”:

- Selecionar o **Módulo E. I. Manutenção**.
- Informar o CPF do(a) **prefeito(a) ou do(a) Secretário(a) de Educação do DF**.
- Clicar em “Continuar”.

Figura 4 – Selecionar o Módulo E. I. Manutenção

1.4. Chega-se ao cadastro propriamente dito.

O(A) **prefeito(a) ou o(a) Secretário(a) de educação do DF** deverá seguir as orientações abaixo.

- Informar o **nome completo** e assinalar o sexo.
- Selecionar a **unidade da federação (UF)** do órgão onde exerce a função.
- Selecionar o **município** onde exerce a função.
- Selecionar, no campo “**Tipo do órgão**”, o item “**Municipal**”.
- Selecionar, no campo “**Órgão**”, o item “**Prefeitura Municipal de (nome do município)**”.
- Informar o **telefone fixo** do gabinete do(a) prefeito(a) com DDD.
- Informar, no campo de *e-mail*, o **endereço eletrônico pessoal do(a) prefeito(a) ou e-mail institucional de uso restrito**. **Não poderá ser cadastrado e-mail de outra pessoa, nem e-mail de uso coletivo.**
- Digitar novamente o endereço eletrônico informado para confirmá-lo.
- Selecionar a **função/cargo: “Prefeito Municipal”**.
- Preencher o campo “**Observações**” com a **justificativa do cadastramento**. Sugere-se informar desde quando ocupa a função e o CPF e nome do(a) prefeito(a) anterior para bloqueio do cadastro dele(a) no Simec (se houver).

- Selecionar o “**Perfil desejado**”: “**Equipe Municipal - Prefeito**”.
- Clicar em “**Enviar Solicitação**”.

SIMEC

Ficha de Solicitação de Cadastro de Usuários

Módulo: E.I. Manutenção

E.I. Manutenção
cadastrar informações sobre unidades escolares de educação infantil, em pleno

- Público-Alvo: prefeitos de municípios com unidades escolares de educação infantil
- Sistemas Relacionados: Monitoramento de Obras

CPF:

Nome:

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

UF:

Município:

Tipo do Órgão / Instituição: Municipal

Órgão / Instituição: PREF MUN DE

Unidade Orçamentária: Este órgão não possui uma unidade.

Unidade Gestora: Esta unidade não possui uma Unidade Gestora.

(DDD) + Telefone:

Seu E-Mail:

Confirme o Seu E-Mail:

Este e-mail é para uso individual. **não utilize endereço coletivo.**

Função/Cargo: Prefeito Municipal

Observações: Prefeito(a) municipal desde xx/xx/xxxx.

Perfil desejado: Equipe Municipal - Prefeito

[Enviar Solicitação](#) [Voltar](#)

Figura 5 – Ficha de Solicitação de Cadastro de Usuários

Efetivados esses procedimentos, o SIMEC receberá a solicitação e enviará uma **mensagem automática** para o endereço eletrônico informado no cadastro, confirmando o recebimento das informações. A solicitação do cadastro será analisada pela equipe técnica do PAR e, **somente depois de aprovada**, uma senha será encaminhada para o endereço eletrônico informado no cadastro.

ATENÇÃO - Alguns provedores de *e-mail* encaminham as mensagens do SIMEC diretamente para o lixo eletrônico por identificá-las como *spam*. Verificar sempre as mensagens recebidas como lixo eletrônico em sua caixa de e-mail.

1.5. O primeiro acesso

Ao acessar o SIMEC pela primeira vez, o(a) usuário(a) trocará a senha de acesso – esse é um procedimento de segurança do sistema. Para isso, informa o CPF, a senha que recebeu do sistema, clica em “**Entrar**”, e abre-se a página [Alteração de senha](#). O(A) usuário(a) informa, no campo “Senha atual”, a

senha recebida do sistema (respeitando letras maiúsculas e minúsculas) e, no campo seguinte, cria uma nova senha (da sua preferência, pode ser com letras e/ou números), confirma e clica em “**Atualizar**”.

Alteração de senha	
Senha atual:	<input type="password"/>
Nova senha:	<input type="password"/>
Confirma nova senha:	<input type="password"/>
<input type="button" value="Atualizar"/>	

Figura 6– Alteração de senha

ATENÇÃO - É comum os usuários digitarem a senha encaminhada sem respeitar letras maiúsculas e minúsculas, confundir a letra "O" com o número "zero" ou vice-versa. Quando isso acontece, aparece a mensagem "A senha informada não é válida". **Verifique essas situações para não bloquear o seu acesso.** Se ocorrer o bloqueio, o(a) usuário(a) deverá enviar mensagem eletrônica para o e-mail planodemetas@mec.gov.br e solicitar o desbloqueio, informando nome completo, CPF, nome e UF do município, bem como função/cargo que exerce no município.

1.6. Mudança de Prefeito(a) ou Secretário(a) de educação do DF

Considerando as eleições municipais e sempre que houver mudança de dirigente, o município ou o DF deve informar a alteração ao MEC, enviando mensagem para o endereço eletrônico planodemetas@mec.gov.br. Nessa mensagem, deve constar o nome e a UF do município, nome do dirigente anterior, nome e CPF do atual dirigente. O acesso do dirigente anterior será desativado.

IMPORTANTE - Não se utiliza login (CPF) e senha de dirigente municipal que não está mais ocupando a função no município.

Ações realizadas no SIMEC com o login de dirigente que não ocupa mais a função no município poderão ser invalidadas pelo Ministério da Educação.

Os *e-mails* devem estar corretamente digitados, uma vez que todas as informações de interesse do município, enviadas pela equipe técnica do PAR, utilizarão os endereços eletrônicos informados nos cadastros dos usuários.

2. INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA

Depois de cadastrar a nova senha, ao entrar no sistema será possível visualizar a página inicial do Módulo E.I. Manutenção.

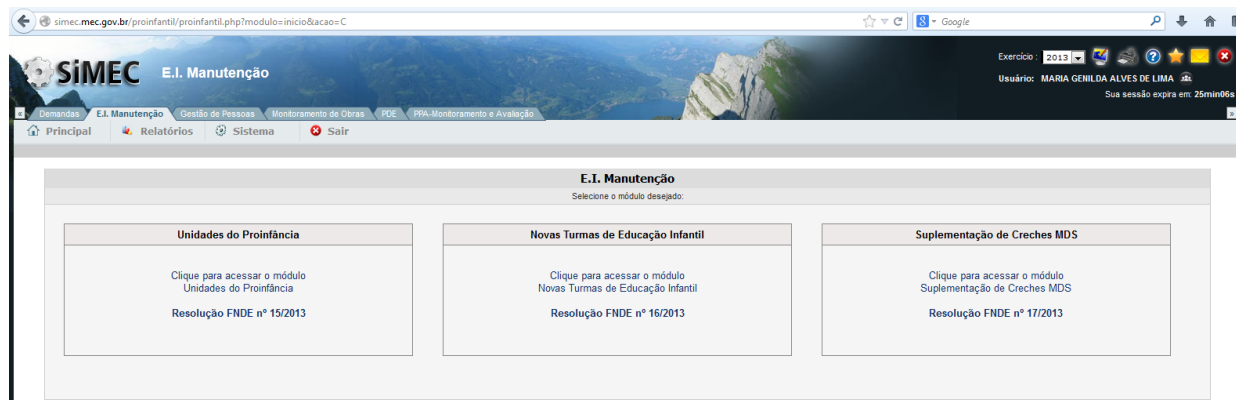


Figura 7 – Página inicial do SIMEC – Módulo E. I. Manutenção

O Módulo E. I. Manutenção é disponibilizado aos(as) prefeitos(as) municipais ou ao(a) Secretário(a) de educação do DF para:

- solicitar recursos financeiros para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos do Governo Federal (Proinfância);
- solicitar recursos financeiros para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, ou seja, as matrículas não computadas no âmbito do Fundeb, em estabelecimentos públicos ou conveniados com o Poder Público; e
- solicitar apoio financeiro suplementar para manutenção e o desenvolvimento da educação infantil referenciado nas matrículas, em creches públicas ou conveniadas com o Poder Público, de crianças de zero a 48 meses de idade, que já estavam informadas no Censo Escolar, cujas famílias eram à época beneficiárias do Programa Bolsa Família.

O módulo E.I. Manutenção abrirá sempre no ano do exercício **corrente**. Para visualizar as informações inseridas nos exercício anteriores, é necessário alterar o **ano de exercício** localizado no canto superior direito da página.

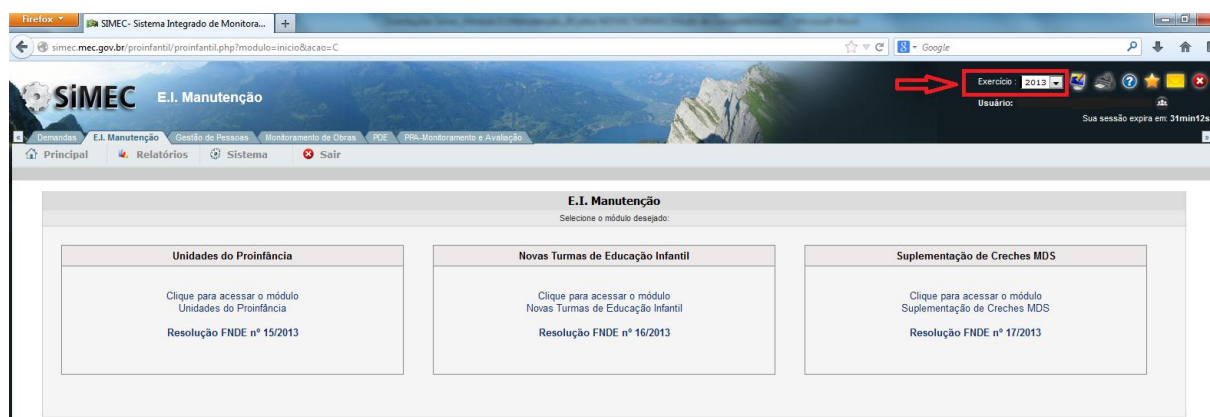


Figura 8 – Página inicial do SIMEC – Módulo E. I. Manutenção – Ano de exercício

A seguir, apresentamos cada uma das 3 alternativas que compõem, no SIMEC, o Módulo – E. I. Manutenção, bem como orientações para preenchimento do Sistema, seguidas de esclarecimentos relativamente à transferência de recursos e sua aplicação pelos municípios e Distrito Federal.

2.1. SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Resoluções CD/FNDE nº 17/2013 e CD/FNDE nº 23, de 10 de junho de 2013

SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS é disponibilizado aos prefeitos municipais e ao secretário de educação do DF para que solicitem os recursos a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento em creche de crianças de 0 a 48 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), conforme as Resoluções CD/FNDE nº 17 (Anexo III), de 16 de maio de 2013 e nº 23 (Anexo IV), de 10 de junho de 2013 (que retifica o artigo 10, inciso III, alínea “a” da referida Resolução CD/FNDE nº 17/2013). Seu fundamento legal é a Medida Provisória nº 570 de 14 de maio de 2012, convertida na Lei 12.722, de 03 de outubro de 2012.

Todos os municípios e DF que se enquadrem nos critérios elencados a seguir podem solicitar recursos para esta ação, bastando acessar o SIMEC – Módulo E. I. Manutenção – Suplementação de Creches MDS.

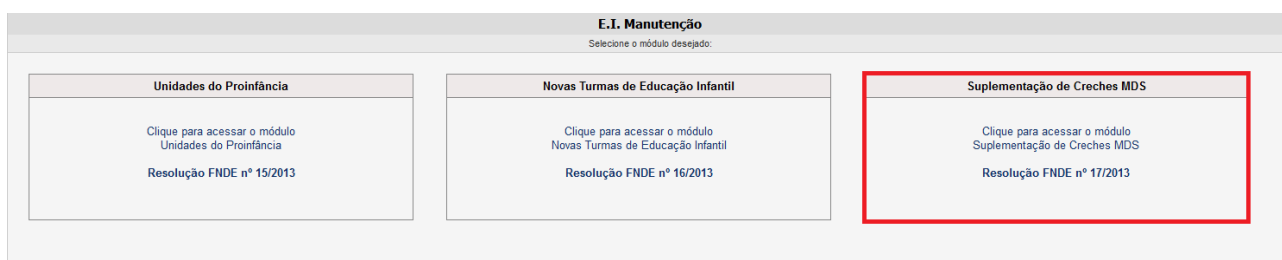


Figura 09 – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Módulo E. I. Manutenção

Para fins de preenchimento no SIMEC – Módulo E. I. Manutenção, qualquer município ou DF pode acessar **SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS**, durante o período disponibilizado, para pleitear recursos financeiros a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil.

O apoio financeiro suplementar de que trata esta Resolução será concedido referenciado nas matrículas de crianças de zero a 48 meses em creches que atendam, **cumulativamente**, às seguintes condições:

I - efetivadas em estabelecimento educacional público ou em instituição comunitária, confessional ou filantrópica sem fins lucrativos **conveniada com o Poder Público**;

II - matrículas tenham sido informadas no Censo Escolar da Educação Básica do ano anterior ao da solicitação; e

III - sejam cadastradas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, no qual serão informadas as matrículas em tempo parcial ou integral de crianças de zero a 48 meses, membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Para pleitear os recursos, os municípios e o DF deverão informar a quantidade de matrículas de crianças de zero a 48 meses, em creches públicas ou conveniadas, que foram cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica **do ano anterior** e cujas famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família.

ATENÇÃO - Não podem ser incluídas as matrículas de crianças que não tenham sido computadas no Censo Escolar da Educação Básica do ano anterior ao da solicitação do apoio financeiro.

De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 17/2013, no ano de 2013 o cadastramento no SIMEC – Módulo E. I. Manutenção deve ser realizado de 1º de abril até 30 de novembro de 2013.

Caso o município ou o DF não cadastre as matrículas no período correspondente, **não terá direito a receber o apoio financeiro suplementar**, referente ao ano de 2013.

O município ou o DF que não cadastrou as matrículas referentes ao ano de 2012, **não poderá mais pleitear, portanto perdeu o direito a receber o apoio financeiro suplementar**.

A solicitação dos recursos é feita por quantidade de matrículas do estabelecimento.

2.1.1. Lista de Estabelecimentos


Ao acessar **SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS**, visualiza-se a tela com a lista de municípios, onde aparecerá o nome do município do(a) usuário(a). Deve-se clicar no ícone  :



Figura 10 – Tela com o nome do município – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS - Módulo E. I. Manutenção

Abre-se, então, a tela com a lista de estabelecimentos de educação infantil do município – da rede municipal pública de ensino e de escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que declararam no Censo Escolar ser conveniadas com o Poder Público e, para cada estabelecimento, a quantidade de crianças matriculadas na creche integral e na creche parcial constantes do Censo Escolar do ano anterior.

Lista de Municípios Lista de Estabelecimentos Enviar para Análise Análise

Lista de Estabelecimentos
 Indica campo obrigatório

UF: _____
 Município: _____
 Escola: _____
 Código REP: _____

DADOS DO CENSO ESCOLAR

Cod. REP	Nome da Escola	Qtd. de crianças na Creche Integral	Qtd. Crianças de 0 a 48 meses - Bolsa Família - Integral	Qtd. de crianças na Creche Parcial	Qtd. Crianças de 0 a 48 meses - Bolsa Família - Parcial
ESC RFANTL (normal)		0	0	44	0
ESC RFANTL (normal)		12	0	0	0
ESC RFANTL (normal)		37	0	50	0
ESC RFANTL (normal)		0	0	53	0

Total de Registros: 4

Salvar Limpar todos

Figura 11 – Lista de Estabelecimentos e dados do Censo Escolar por Estabelecimento – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Módulo E. I. Manutenção

O município ou DF deverá, primeiramente, checar quantas dessas crianças matriculadas em creches e constantes do Censo 2012, de cada estabelecimento escolar, tinham idade até 48 meses. Esse é o dado inicial básico, ou seja, o quantitativo de crianças igual ou inferior à quantidade informada no Censo Escolar 2012.

Em seguida o usuário deverá inserir informações apuradas sobre quantidade de crianças de 0 a 48 meses matriculadas nesses estabelecimentos (no período integral e período parcial), no ano anterior e que também no ano anterior eram de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

ATENÇÃO - É vedada a inclusão de matrículas de crianças que não tenham sido computadas no Censo Escolar da Educação Básica do ano anterior ao da solicitação do apoio financeiro. Por esse motivo, o sistema faz automaticamente uma crítica e não permite que o município/DF informe uma quantidade de crianças de famílias do Programa Bolsa Família em creches - parcial e/ou integral - (Figura 12) superior à quantidade de crianças de 0 a 48 meses matriculadas em creches, declaradas no Censo Escolar 2012 (Figura 11).

COMO CONSEGUIR OS DADOS SOBRE QUANTIDADE DE CRIANÇAS A SEREM INFORMADAS NO SISTEMA

A consolidação dos dados para que o(a) prefeito(a) municipal insira as informações no SIMEC cabe ao(à) dirigente municipal de educação. A título de sugestão, seguem **três formas de se fazer essa consolidação**:

- a) o gestor do Programa Bolsa Família, no município, passa ao(à) dirigente municipal de educação a relação de todas as crianças de zero a 48 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, constantes do CadÚnico no mês de maio do ano anterior (2012), a equipe da secretaria de educação identifica, uma a uma, as crianças nesta faixa etária que estão cadastradas no **Censo Escolar da Educação Básica de 2012** e localiza o estabelecimento que cada uma frequentou no ano de 2012;
- b) se a escola já possui informação sobre qual criança matriculada em 2012 era beneficiária do Programa Bolsa Família em 2012, a relação consolidada das crianças pode ser repassada por cada estabelecimento ao(à) dirigente municipal de educação. No caso de dúvidas se no ano passado uma criança era ou não de família beneficiária do PBF, pode ser feita a consulta individual ao gestor do Programa Bolsa Família, no município, que tem acesso às informações das famílias que recebem benefícios em seu município, ressaltando que são crianças de zero a 48 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família constantes do CadÚnico do mês de **maio de 2012**.
- c) se a Secretaria de Educação possui um sistema de cadastro com registro do NIS do responsável pela família, o dado pode ser obtido por cruzamento de informações entre os sistemas (cadastro do município de 2012, desde que seja o mesmo constante do Censo Escolar 2012; e famílias beneficiárias do PBF no mês de maio de 2012), tendo como referência a "chave NIS".

O quantitativo declarado pelo município deve seguir rigorosamente a verificação de quais crianças de 0 a 48 meses matriculadas em 2012 (parcial e integral, em cada estabelecimento) eram também beneficiárias do Programa Bolsa Família, considerando, portanto, o ano anterior.

Os dados verificados e informados até 30 de novembro de 2013 (para o recebimento do apoio correspondente ao exercício de 2013) referem-se às crianças matriculadas na rede pública em 2012 cujas famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês de maio de 2012.

SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS traz as informações do quantitativo de matrículas em creche declaradas pelo município no Censo Escolar 2012, mas não os nomes das crianças declaradas. A consulta dos nomes deve ser feita na declaração do município ao Inep, do ano de 2012.

A Figura 12, a seguir, mostra onde deverá ser informada a quantidade de matrículas referentes ao **ano de 2012**, relativas às crianças de zero a 48 meses que sejam membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, atendidas em tempo parcial ou integral em cada creche pública ou em instituição comunitária, confessional ou filantrópica (conforme previsto na Resolução FNDE nº 23, de 10 de junho de 2013, que retifica o ano a que deve se referir a informação constante do artigo 10, inciso III, alínea "a" da Resolução CD/FNDE nº 17, de 16 de maio de 2013).

Cod. INEP	Nome da Escola	Qtd. de crianças na Creche Integral	Qtd. Crianças de 0 a 48 meses - Bolsa Família - Integral	Qtd. de crianças na Creche Parcial	Qtd. Crianças de 0 a 48 meses - Bolsa Família - Parcial
ESC INFANTIL	(nome)	0	0	44	0
ESC INFANTIL	(nome)	12	0	0	0
ESC INFANTIL	(nome)	37	0	50	0
ESC INFANTIL	(nome)	0	0	53	0

Figura 12 – Crianças do PBF em 2012 por estabelecimento – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS

Após o preenchimento de todos os dados, escola por escola, será necessário clicar em “Salvar”. Uma caixa de diálogo será visualizada, devendo-se confirmar em “ok”:

2.1.2. Enviar para análise

Em seguida, deve-se acessar a aba “Enviar para Análise”.

Figura 13 – Aba Enviar para Análise – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Módulo E. I. Manutenção

Ao consultar a aba “Enviar para Análise”, o município ou DF visualizará uma dentre três situações possíveis. Todas elas decorrem de críticas que o sistema faz automaticamente. Caso haja pendências, deve-se buscar resolvê-las o mais rápido possível.

Situação 1 – Não há pendências. Críticas feitas automaticamente pelo sistema identificam não haver problemas no preenchimento da Aba “Lista de Estabelecimentos”. Neste caso, a seguinte tela será visualizada e o município ou DF pode enviar sua solicitação para análise, bastando clicar em “sim”.

Figura 14 – Enviar para Análise – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Módulo E. I. Manutenção

Uma vez enviado para análise, o município ou DF deve consultar regularmente o sistema, até sua aprovação. Para tanto, clica-se sobre “Histórico”, na Aba Enviar para Análise.

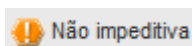
Situação 2 – Pendência Impeditiva. O sistema identifica automaticamente que a Aba Lista de Estabelecimentos não foi preenchida. O município ou DF visualizará a seguinte tela, que indica uma pendência impeditiva (ao envio para análise):



Figura 15 – Pendência impeditiva – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Módulo E. I. Manutenção

Neste caso, é necessário retornar à aba “Lista de Estabelecimentos” e inserir dados sobre número de crianças de 0 a 48 meses em creches, de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em 2012.

Situação 3 – Pendência não impeditiva –



Essa pendência é detectada por crítica do próprio sistema, e ocorre quando **“O total de crianças informadas como beneficiárias do Programa Bolsa Família, em relação às matrículas de 0 a 48 meses constante do Censo Escolar daquele município ou DF, é superior ao % médio de atendimento em creche da população de 0 a 48 meses no Município (tomando como referência o Censo Populacional do município ou DF). É necessário justificar porque o percentual médio de atendimento ao público do Bolsa Família é superior ao percentual médio de atendimento ao público geral na faixa etária de 0 a 48 meses.”**

Esta pendência ocorre quando, ao comparar automaticamente dois percentuais médios, o Sistema identifica que o primeiro é maior que o segundo. Os dois percentuais médios são:

- 1) o percentual obtido pela divisão do número de crianças de 0 a 48 meses de famílias do Bolsa Família de um determinado município pelo número de crianças de 0 a 48 meses constantes do Censo Escolar do mesmo município; e
- 2) o percentual obtido pela divisão do número total de crianças em creche em um determinado município pelo número de crianças de 0 a 48 meses constantes do Censo Populacional do mesmo município.

Nesses casos, o município ou o DF visualizará a tela apresentada na Figura 16, e deverá justificar porque o quantitativo de crianças informadas no sistema (beneficiárias do PBF sendo atendidas em creche) é superior à média de atendimento da população de 0 a 48 meses no município. Deve-se, portanto, esclarecer a razão desse quantitativo – desproporcional à média – de crianças do Programa Bolsa Família frequentando creches no município, para que a análise da sua solicitação de recursos prossiga.

Lista de Municípios | Lista de Estabelecimentos | Enviar para Análise

Pendências

⚠ Não impeditiva ✖ Impeditiva

Atenção! Para que sua solicitação seja encaminhada para pagamento, faz-se necessário justificar porque em algumas escolas (ou em todas elas) o percentual médio de crianças de 0 a 48 meses de famílias beneficiárias do Bolsa Família frequentando creches é maior do que o percentual médio de crianças nessa faixa etária, no município, beneficiárias do bolsa família. A justificativa do município será analisada e aceita ou não pelo MEC. Antes de justificar, recomenda-se: 1) leitura do manual de orientações, item 2.3.2; e 2) verificar se as fontes de informação utilizadas foram o Censo Escolar 2012 e o CadÚnico de maio de 2012 (checando quais crianças do Cadastro são de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e, dentre essas, quais frequentavam creches em 2012).

Preencher o campo destinado à justificativa

4000 máximo de caracteres

Salvar

Figura 16 – Justificar pendência não impeditiva – SUPLEMENTAÇÃO DE CRECHES MDS – Módulo E. I. Manutenção

Inserida a justificativa, deve-se salvá-la. Caso o sistema não identifique pendências, a mensagem tal qual consta da Figura 14 será visualizada logo abaixo da justificativa. O município ou DF deverá enviar sua solicitação para análise. Essa justificativa será analisada pelo MEC. Por esse motivo é identificada, no “Histórico”, como “diligência”.

Uma vez enviado para análise, o município ou DF deve acompanhar o processo, consultando regularmente o sistema, até sua aprovação (clicando sobre “Histórico”, na parte inferior da Aba “Enviar para Análise”).

Caso o MEC considere a justificativa aceitável, encaminha para “aguardando pagamento”. Caso a considere incompleta ou inconsistente, solicitará mais esclarecimentos do município ou DF. Neste caso, a diligência é encaminhada ao município ou DF quando as informações prestadas anteriormente não são suficientes, visando-se assegurar o correto repasse de recursos.

O município ou DF terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para esclarecer as diligências no SIMEC. Após este período, perderá o direito de pleitear o apoio financeiro.

2.1.3. Informações importantes

As informações que seguem se baseiam nas determinações contidas nas Resoluções, referentes à transferência dos recursos; planejamento de gastos; acompanhamento e controle social; e prestação de contas. **Essas orientações não dispensam o município e DF de leituras obrigatórias das Resoluções CD/FNDE nº 17, de 16/05/2013 e CD/FNDE nº 23, de 10 de junho de 2013, bem como de Leis e demais instrumentos legais a que as mesmas fazem referência.**

Uma vez com status “aguardando pagamento” no SIMEC, o recurso correspondente a essa Ação será transferido automaticamente, mediante depósito em conta corrente específica aberta pelo FNDE, no

Banco do Brasil S/A, em favor do município e do DF. É obrigação do município ou DF acompanhar os depósitos efetuados pelo FNDE/MEC na conta corrente específica desta ação, cujos valores estarão disponíveis para consulta no sítio www.fnde.gov.br.

O FNDE/MEC divulgará a transferência de recursos para apoio financeiro suplementar à manutenção e desenvolvimento da educação infantil para o atendimento, em creches públicas ou conveniadas, de crianças de zero a 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, no portal www.fnde.gov.br, e enviará correspondência para as câmaras municipais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (§13, art. 12), *Resolução CD/FNDE nº 17, de 16/05/2013*.

O cálculo do valor a ser transferido consta do artigo 5º da *Resolução CD/FNDE nº 17, de 16/05/2013* e seu parágrafo único. Os recursos suplementares pleiteados serão transferidos em uma única parcela a cada ano (art. 6º). A partir de 2014, esses recursos serão transferidos anualmente, com base no Educacenso do ano anterior.

Os municípios e DF deverão incluir em seu orçamento, nos termos estabelecidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos transferidos para apoio à manutenção e desenvolvimento da educação infantil. Ao fazer o planejamento de gastos, o município ou DF deverá estar atento para o fato de que os recursos transferidos deverão ser aplicados nas despesas de manutenção e desenvolvimento da educação infantil, nos termos do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, excetuadas as listadas em seus incisos IV, VI e VII, inclusive em aquisições de bens para garantir o cuidado integral e a segurança alimentar e nutricional das crianças.

O recurso não precisa necessariamente destinar-se exclusivamente aos estabelecimentos (creches) que atendem crianças do Programa Bolsa Família. No entanto, deve obrigatoriamente ser aplicado neste nível de ensino (educação infantil – creche e/ou pré-escola).

O acompanhamento e o controle social sobre a transferência e aplicação dos recursos serão exercidos pelos respectivos conselhos do Fundeb.

A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada ao FNDE, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), pelos municípios e pelo Distrito Federal até **30 de junho do ano subsequente** ao repasse dos recursos (art. 13). A respeito de eventual necessidade de reprogramação de recursos financeiros para exercício subsequente, consultar a *Resolução CD/FNDE nº 17, de 16/05/2013, art. 12 e seus parágrafos*.

CONTATOS PARA ORIENTAÇÕES SOBRE O ACESSO AO SIMEC - MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO

Seguem abaixo os contatos disponíveis para orientações e esclarecimentos sobre o acesso ao SIMEC - MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO.

- **Equipe Técnica no MEC:**

- Telefones: (61) 2022-8332 / 8334 / 8337 / 8338.

- E-mail: planodemetas@mec.gov.br

CONTATOS PARA ORIENTAÇÕES SOBRE O SIMEC - MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO

Seguem abaixo os contatos disponíveis para orientações e esclarecimentos de dúvidas sobre o SIMEC - MÓDULO E. I. MANUTENÇÃO.

- **Call Center do MEC:**

- Telefone Central de Atendimento: 0800 616161.

- Abertura de demanda pelo Fale Conosco:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=1058.

ANEXO I
RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 17, DE 16 DE MAIO DE 2013

Estabelece procedimentos para a transferência obrigatória de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento de crianças de zero a 48 meses informadas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público, no exercício de 2013.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;

Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;

Lei nº 12.722 de 3 de outubro de 2012;

Portaria Interministerial MEC/MDS nº 1, de 19 de julho de 2012;

Resolução CD/FNDE nº 2 de 18 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas “a” e “b”; 5º, caput; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do FNDE realizada no dia 31 de maio de 2012,

CONSIDERANDO a autorização para transferir recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal com a finalidade de prestar apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento em creches de crianças de zero a quarenta e oito meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme art. 4º da Lei nº 12.722 de 3 de outubro de 2012; e

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar o acesso à educação infantil, contribuindo para a melhoria do atendimento em creches,

R E S O L V E, “AD REFERENDUM”,

Art. 1º Aprovar os procedimentos para a transferência obrigatória de recursos financeiros pleiteados por municípios e pelo Distrito Federal (DF) a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao

desenvolvimento da educação infantil para atender a crianças de zero a 48 meses que já estejam informadas no Censo Escolar da Educação Básica e cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Parágrafo único. O apoio financeiro suplementar de que trata esta Resolução será concedido para manutenção e desenvolvimento da educação infantil de crianças de zero a 48 meses em creches, sendo que suas matrículas devem atender, cumulativamente, às seguintes condições:

I - serem oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público, em tempo parcial ou integral;

II - terem sido computadas no Censo Escolar da Educação Básica do ano anterior ao da solicitação do apoio financeiro suplementar; e

III - serem cadastradas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), no Módulo E. I. Manutenção – aba Suplementação de Creches MDS, no qual deverão ser informadas as matrículas de crianças de zero a 48 meses, membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal do ano anterior.

Art. 2º Os recursos financeiros transferidos nos termos desta Resolução poderão ser aplicados em despesas de manutenção e desenvolvimento da educação infantil, de acordo com o que estabelece o art. 70 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, excetuando-se os incisos IV, VI e VII, e em aquisições de bens para garantir o cuidado integral e a segurança alimentar e nutricional das crianças, de forma a assegurar o acesso e a sua permanência na educação infantil.

§ 1º Os bens de que trata o caput, de uso individual ou coletivo, devem ser relacionados aos cuidados básicos de crianças de zero a 48 meses.

§ 2º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável, na forma do art. 3º da Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.

§ 3º Na aplicação dos recursos financeiros transferidos, os municípios e o Distrito Federal deverão assegurar condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Art. 3º Para pleitear os recursos de que trata esta Resolução, os municípios ou o DF deverão cadastrar no Simec, no Módulo E. I. Manutenção – aba Suplementação de Creches MDS (disponível no portal do MEC, no endereço eletrônico <http://simec.mec.gov.br>), a quantidade de matrículas do ano anterior relativas às

crianças de zero a 48 meses que sejam membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, atendidas em creches públicas ou conveniadas com o poder público em tempo parcial ou integral.

Parágrafo único. O poder executivo dos municípios e do DF, de acordo com suas respectivas competências, é responsável pela exatidão e fidedignidade das informações prestadas no Simec.

Art. 4º O valor do apoio financeiro suplementar será calculado com base nas matrículas informadas no Simec, no Módulo E. I. Manutenção – aba Suplementação de Creches MDS, de acordo com o art. 3º e poderá ser solicitado de 1º de abril até 30 de novembro de 2013, para o recebimento do apoio correspondente ao exercício de 2013.

§ 1º Caso não cadastre as matrículas de que trata o caput no período correspondente, o município ou o DF perderá o direito de pleitear o recurso do apoio financeiro suplementar referente àquele período.

§ 2º O município ou o DF terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para esclarecer a SEB/MEC sobre os estabelecimentos cuja situação seja apresentada no Simec como “em diligência”.

Art. 5º O valor a ser destinado ao apoio financeiro suplementar de que trata esta Resolução será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$[(n\text{CPI} \times v\text{CPI}) + (n\text{CPP} \times v\text{CPP}) + (n\text{CCI} \times v\text{CCI}) + (n\text{CCP} \times v\text{CCP})]$$

em que

nCPI = número de matrículas de crianças de zero a 48 meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creche pública, em período integral;

vCPI = 50% do valor aluno-ano estabelecido pelo Fundeb para creche pública em período integral;

nCPP = número de matrículas de crianças de zero a 48 meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creche pública, em período parcial;

vCPP = 50% do valor aluno-ano do Fundeb para creche pública em período parcial;

nCCI = número de matrículas de crianças de zero a 48 meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creche conveniada, em período integral;

vCCI = 50% do valor aluno-ano estabelecido pelo Fundeb para creche conveniada em período integral;

nCCP = número de matrículas de crianças de zero a 48 meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creche conveniada, em período parcial;

vCCP = 50% do valor aluno-ano do Fundeb para creche conveniada em período parcial.

Parágrafo único. Para o exercício de 2013 o valor aluno-ano corresponde ao valor anual mínimo estabelecido nacionalmente para o Fundeb para cada matrícula em creche pública e conveniada, em período integral e parcial, de acordo com a Portaria Interministerial MEC/MF nº 1.496 de 28 de dezembro de 2012.

Art. 6º A transferência dos recursos financeiros correspondentes ao apoio financeiro suplementar será efetivada em parcela única, mediante depósito em conta corrente específica, aberta pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) no Banco do Brasil S/A em favor do DF e do município que pleitear os recursos de que trata esta Resolução.

Art. 7º As despesas com a execução das ações previstas nesta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária consignada anualmente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e transferida ao FNDE/MEC, observando a programação orçamentária e financeira anual.

Art. 8º Os municípios e o DF deverão incluir em seu orçamento os recursos transferidos para o apoio financeiro suplementar de que trata esta Resolução, nos termos estabelecidos pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

I - DOS AGENTES E SUAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º São agentes das ações do apoio financeiro suplementar de que trata esta Resolução:

I - a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), à qual competem as responsabilidades do Ministério da Educação para a execução das ações;

II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), autarquia incumbida da regulamentação e execução das atividades financeiras necessárias à transferência de recursos; e

III - os municípios e o Distrito Federal, entes federados beneficiários das transferências.

Art. 10. Aos agentes cabem as seguintes responsabilidades:

I - à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC):

a) calcular o montante de recursos de apoio a ser transferido ao DF e a cada município pleiteante, com base nas solicitações de apoio financeiro registradas no Simec por esses entes da Federação, e informar o total desses valores ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para que este possa efetuar em favor do FNDE o destaque dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao apoio suplementar de que trata esta Resolução;

b) encaminhar anualmente ao MDS a consolidação do número de matrículas registradas no Censo Escolar da Educação Básica que correspondem às crianças de zero a 48 meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, atendidas em tempo integral ou parcial em creches públicas ou comunitárias,

confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público, e o valor dos recursos orçamentários e financeiros a serem transferidos ao FNDE;

c) dar publicidade aos valores a serem transferidos a cada pleiteante por intermédio do Diário Oficial da União;

d) autorizar o FNDE/MEC a realizar a transferência de recursos, informando os destinatários e o valor a ser repassado a cada um deles;

e) oferecer assistência técnica aos municípios e ao DF; e

f) analisar as prestações de contas dos municípios e do DF, do ponto de vista da adequação das ações desenvolvidas, e emitir no Sistema de Gestão da Prestação de Contas (SiGPC) parecer conclusivo sobre sua aprovação ou rejeição;

II - ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC):

a) elaborar os atos normativos relativos a condições, critérios operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas simplificada do apoio financeiro;

b) proceder à abertura de conta corrente específica, no Banco do Brasil S/A, para a transferência dos recursos destinados ao apoio financeiro suplementar para educação infantil;

c) efetuar os repasses dos recursos aos destinatários nos valores estabelecidos pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e mediante sua autorização;

d) fornecer à SEB/MEC relatórios anuais das transferências executadas, para que sejam informados ao MDS;

e) fiscalizar a execução financeira dos recursos transferidos;

f) receber a prestação de contas dos recursos transferidos aos municípios e ao DF, por intermédio do SiGPC;

g) disponibilizar a prestação de contas no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) para manifestação oficial quanto à adequação das ações realizadas;

h) analisar a execução financeira dos recursos transferidos e emitir, no SiGPC, parecer conclusivo sobre a conformidade da prestação de contas dos entes federados.

III - aos municípios e ao DF:

a) cadastrar no Simec, no Módulo E. I. Manutenção – aba Suplementação de Creches MDS (disponível no endereço eletrônico <http://simec.mec.gov.br>) a quantidade de matrículas referentes ao ano de 2013 relativas às crianças de zero a 48 meses que sejam membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família,

atendidas em tempo parcial ou integral em cada creche pública ou em instituição comunitária, confessional ou filantrópica sem fins lucrativos conveniada com o poder público;

b) pleitear, nos termos do parágrafo único do art. 1º e de acordo com as condições estabelecidas nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º desta Resolução, os recursos necessários ao apoio financeiro suplementar para educação infantil nas creches públicas ou conveniadas com o poder público;

c) executar os recursos financeiros recebidos do FNDE/MEC exclusivamente em despesas para a manutenção e o desenvolvimento da educação infantil, e em aquisições de bens para garantir o cuidado integral e a segurança alimentar e nutricional das crianças, de forma a assegurar o acesso e a sua permanência na educação infantil;

d) emitir os documentos comprobatórios das despesas em nome do município ou do DF, com a identificação do FNDE/MEC e da ação “Suplementação de Creches MDS – Programa Brasil Carinhoso”, e arquivar as vias originais em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros;

e) prestar contas ao FNDE/MEC dos recursos recebidos, no prazo estipulado no art. 13 e nos moldes definidos na Resolução CD/FNDE nº 2 de 18 de janeiro de 2012 e alterações posteriores, acompanhado do devido parecer do Conselho do Fundeb, conforme § 1º do art. 13 e parágrafo único do art. 16 desta Resolução (Anexos I e II);

f) prestar todo e qualquer esclarecimento sobre a execução física e financeira dos recursos recebidos sempre que solicitado pela SEB/MEC, pelo FNDE/MEC, por órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público ou por órgão ou entidade com delegação para esse fim; e

g) manter em seu poder, à disposição da SEB/MEC, do FNDE/MEC, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público, os comprovantes das despesas efetuadas com os recursos transferidos nos termos desta Resolução, pelo prazo de vinte anos, contados da data da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a que se refere o exercício do repasse dos recursos, data essa que será divulgada no portal www.fnde.gov.br.

II - DA TRANSFERÊNCIA, MOVIMENTAÇÃO, APLICAÇÃO FINANCEIRA E REVERSÃO DOS RECURSOS

Art. 11. A transferência de recursos financeiros aos municípios e DF de que trata esta Resolução será feita sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere.

Art. 12. Os recursos financeiros de que trata esta Resolução serão creditados, mantidos e geridos em contas correntes específicas, a serem abertas pelo FNDE/MEC no Banco do Brasil S/A.

§ 1º As contas correntes abertas na forma estabelecida no caput deste artigo ficarão bloqueadas para movimentação até que o representante legal do município e do DF compareça à agência do Banco do Brasil

onde a conta foi aberta e proceda à entrega e à chancela dos documentos necessários à sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes.

§ 2º Nos termos do Acordo de Cooperação Mútua, firmado entre o FNDE/MEC e o Banco do Brasil S/A, disponível no portal www.fnde.gov.br, os municípios e o DF estarão isentos de pagamento de tarifas bancárias pela manutenção e movimentação das contas-correntes abertas nos termos desta Resolução.

§ 3º Os recursos da conta corrente específica deverão ser destinados somente ao pagamento de despesas previstas no art. 2º desta Resolução ou para aplicação financeira, e serão movimentados exclusivamente por meio eletrônico, no qual seja devidamente identificada a titularidade das contas correntes de fornecedores ou prestadores de serviços, beneficiários dos pagamentos realizados pelos municípios e pelo DF, conforme dispõe o Decreto nº 7.507/2011.

§ 4º Se a previsão para uso dos recursos transferidos for inferior a um mês, os recursos deverão obrigatoriamente ser aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública federal; se a previsão de uso for igual ou superior a um mês, esses recursos deverão ser, obrigatoriamente, aplicados em caderneta de poupança aberta especificamente para este fim.

§ 5º As aplicações financeiras de que trata o parágrafo anterior deverão ser feitas obrigatoriamente na mesma conta corrente em que os recursos financeiros foram creditados pelo FNDE/MEC.

§ 6º O produto das aplicações financeiras deverá ser sempre creditado na conta corrente específica e aplicado exclusivamente em despesas previstas nesta Resolução, ficando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 7º A aplicação financeira em conta do tipo caderneta de poupança não desobriga os municípios e o DF de efetuarem as movimentações financeiras exclusivamente por intermédio da conta corrente aberta pelo FNDE/MEC e por meio eletrônico.

§ 8º Independentemente de autorização do titular da conta, o FNDE/MEC obterá junto ao Banco do Brasil S/A e divulgará em seu portal na internet os saldos e extratos da referida conta corrente, inclusive os de aplicações financeiras, com a identificação do domicílio bancários dos respectivos fornecedores e prestadores de serviços, beneficiários dos pagamentos realizados.

§ 9º É obrigação do município e do DF acompanhar os depósitos efetuados pelo FNDE/MEC na conta corrente específica, disponíveis para consulta no portal www.fnde.gov.br, para possibilitar a execução tempestiva das despesas de que trata esta Resolução.

§ 10. É obrigação do município e do DF, nos termos dos arts. 1º, 2º, 3º, 7º e 8º da Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011, dar publicidade aos recursos recebidos no âmbito desta Resolução bem como à sua destinação, garantindo o acesso público a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

§ 11. Os recursos financeiros transferidos não poderão ser considerados pelo município e pelo DF para os fins do art. 212 da Constituição Federal.

§ 12. O eventual saldo de recursos financeiros, entendido como a disponibilidade financeira existente na conta corrente na data prevista para apresentação da prestação de contas ao FNDE/MEC, poderá ser reprogramado para utilização no exercício subsequente, apenas nas despesas previstas no art. 2º desta Resolução.

§ 13. O FNDE/MEC informará às câmaras municipais ou à câmara legislativa do DF a transferência dos recursos para apoio financeiro suplementar à manutenção e desenvolvimento da educação infantil para o atendimento, em creches públicas ou conveniadas, de crianças de zero a 48 meses e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e divulgará os repasses efetuados no portal www.fnde.gov.br.

§ 14. Ao FNDE/MEC é facultado estornar ou bloquear, conforme o caso, valores creditados na conta corrente do município e do DF, mediante solicitação direta ao Banco do Brasil S/A, nas seguintes hipóteses:

I - na ocorrência de depósitos indevidos;

II - por determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;

III - se constatadas irregularidades na execução das ações.

§ 15. Se a conta corrente não tiver saldo suficiente para que se efetive o estorno ou o bloqueio de que trata o parágrafo anterior, o município e o DF ficarão obrigados a restituir os recursos ao FNDE/MEC, no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento da notificação, na forma prevista nos §§ 17 a 21, a seguir.

§ 16. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis e da obrigação de reparar os danos porventura existentes, em razão do não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Resolução, os municípios e o DF deverão devolver ao FNDE os valores relativos à:

a) não execução de parte ou de todo o objeto desta Resolução;

b) não apresentação da prestação de contas no prazo exigido;

c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida nesta Resolução;

d) na ocorrência de quaisquer irregularidades que caracterizem prejuízo ao erário.

§ 17. As devoluções referidas nesta resolução deverão ser monetariamente atualizadas pelo índice do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), até a data em que for realizado o recolhimento, e a quitação ou a suspensão da inadimplência se dará com a suficiência do valor recolhido, de conformidade com o Sistema Débito do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no endereço eletrônico <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>.

§ 18. As devoluções de recursos transferidos no âmbito desta Resolução, independentemente do fato gerador que lhes deram origem, deverão ser efetuadas em agência do Banco do Brasil S/A, mediante utilização da Guia de Recolhimento da União (GRU), disponível no portal www.fnde.gov.br, na qual deverão ser indicados o nome e o CNPJ do município ou do DF e:

I - os códigos 153173 no campo “Unidade Gestora”, 15253 no campo “Gestão”, 66666-1 no campo “Código de Recolhimento” e 212198040 no campo “Número de Referência”, se a devolução ocorrer no mesmo ano do repasse dos recursos; e

II - os códigos 153173 no campo “Unidade Gestora”, 15253 no campo “Gestão”, 18858-1 no campo “Código de Recolhimento” e 212198040 no campo “Número de Referência”, se a devolução ocorrer em exercício subsequente ao do repasse dos recursos.

§ 19. Para fins do disposto nos incisos I e II do parágrafo anterior, considera-se ano de repasse aquele em que se der a emissão da respectiva ordem bancária pelo FNDE/MEC, disponível no portal www.fnde.gov.br.

§ 20. Os valores referentes às devoluções previstas nos incisos I e II do § 18 deverão ser registrados no SiGPC, onde deverá ser informado o número da autenticação bancária do comprovante de recolhimento.

§ 21. Eventuais despesas bancárias decorrentes das devoluções de valores ao FNDE/MEC correrão às expensas do depositante, não podendo ser consideradas como resultantes da execução financeira dos recursos para fins de prestação de contas.

III - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. A prestação de contas dos recursos recebidos consiste na comprovação da execução da totalidade dos recursos recebidos como apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil em creches públicas ou conveniadas com o poder público, para atender a crianças de zero a 48 meses que já estejam informadas no Censo Escolar da Educação Básica e cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, incluindo os rendimentos financeiros, e deverá ser enviada ao Conselho do Fundeb pelos municípios e pelo DF até 30 de junho do ano subsequente ao repasse dos recursos, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) e na forma da Resolução CD/FNDE nº 2 de 18 de janeiro de 2012 e alterações posteriores.

§ 1º A prestação de contas referida no caput deverá ser obrigatoriamente acompanhada de parecer conclusivo sobre a execução físico-financeira dos recursos transferidos, emitido no SiGPC pelo Conselho do Fundeb do município ou do DF.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas ou o cometimento de irregularidades na execução dos recursos recebidos assinalará ao responsável o prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados da data da notificação, para a sua regularização ou devolução dos recursos recebidos ou impugnados, atualizados monetariamente, conforme o caso, sob pena de registro da inadimplência, da responsabilidade e do débito do órgão ou entidade e gestores nos cadastros do Governo Federal.

§ 3º As despesas realizadas na execução das ações previstas nesta resolução serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação regulamentar à qual o órgão responsável pela despesa estiver sujeito, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser arquivados em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, pelo prazo de vinte anos a partir da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC pelo Tribunal de Contas da União referente ao exercício do repasse dos recursos, devendo estar disponíveis, quando solicitados, ao FNDE/MEC, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público ou, quando for o caso, do julgamento da Tomada de Contas Especial.

§ 4º O FNDE/MEC publicará a posição do julgamento de suas contas pelo Tribunal de Contas da União no portal www.fnde.gov.br.

§ 5º A não apresentação da prestação de contas ou o cometimento de irregularidades na execução dos recursos recebidos assinalará ao responsável o prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados da data da notificação, para a sua regularização ou devolução dos recursos recebidos ou impugnados, atualizados monetariamente, conforme o caso, sob pena de registro da inadimplência, da responsabilidade e do débito do órgão ou entidade e gestores nos cadastros do Governo Federal.

§ 6º O gestor responsável pela prestação de contas será responsabilizado civil, penal e administrativamente caso insira ou facilite a inserção de dados falsos, altere ou exclua indevidamente dados no SiGPC com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

§ 7º Expirado o prazo mencionado no caput deste artigo sem atendimento da notificação, o responsável será declarado omissor no dever de prestar contas pelo FNDE, adotará as medidas de exceção visando a recuperação dos créditos.

Art. 14. A SEB/MEC emitirá, no SiGPC, parecer técnico conclusivo acerca da adequação das ações previstas nesta Resolução e da conformidade das despesas apresentadas na prestação de contas.

Art. 15. Quando o município ou o DF não apresentar ou não tiver aprovada a sua prestação de contas por motivo de força maior ou caso fortuito deverá apresentar as devidas justificativas, acompanhadas de documentação comprobatória, ao FNDE/MEC.

§ 1º Considera-se caso fortuito, dentre outros, a falta ou a não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas, por dolo ou culpa do gestor anterior.

§ 2º Na falta de prestação de contas ou da sua não aprovação, no todo ou em parte, por culpa ou dolo do gestor anterior, as justificativas a que se refere o caput deste artigo deverão ser obrigatoriamente apresentadas pelo gestor que estiver no exercício do cargo, acompanhadas, necessariamente, de cópia autenticada de Representação protocolada junto ao respectivo órgão do Ministério Público, para adoção das providências cíveis e criminais da sua alçada.

§ 3º É de responsabilidade do gestor sucessor a instrução obrigatória da Representação, nos moldes legais exigidos, a ser protocolada no Ministério Público com, no mínimo, os seguintes elementos:

I - qualquer documento disponível referente à transferência dos recursos;

II - relatório das ações empreendidas com os recursos transferidos;

III - qualificação do ex-gestor, inclusive com o endereço atualizado, se houver;

IV - documento que comprove a situação atualizada quanto à adimplência do município, do estado ou do DF perante o FNDE;

V - extratos bancários da conta corrente específica, inclusive os de aplicação no mercado financeiro, se houver, demonstrando a inexistência de recursos no período de gestão do autor da Representação.

§ 4º A Representação de que trata o § 2º deste artigo dispensa o gestor atual de apresentar ao FNDE/MEC as certidões relativas ao prosseguimento da medida adotada.

§ 5º Na hipótese de não serem apresentadas ou aceitas as justificativas de que trata este artigo, o FNDE/MEC adotará as medidas de exceção arrolando o gestor sucessor, na qualidade de co-responsável pelo dano causado ao erário, quando se tratar de omissão de prestação de contas cujo prazo para apresentação ao FNDE tiver expirado em sua gestão.

§ 6º Excepcionalmente, as despesas realizadas pelo município ou pelo DF com pessoal poderão ser comprovadas mediante folha de pagamento, desde que esse documento permita estabelecer o vínculo entre a fonte dos recursos, o objeto da despesa, os pagamentos efetuados e os profissionais que os receberam.

IV – DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 16. O acompanhamento e o controle social sobre a transferência e aplicação dos recursos repassados no âmbito desta Resolução serão exercidos, em âmbito municipal e distrital, pelos respectivos conselhos do Fundeb, previstos no art. 24 da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007.

Parágrafo único. Os conselhos a que se refere o caput analisarão as prestações de contas dos recursos repassados à conta corrente específica e emitirão, em sistema específico, parecer conclusivo acerca da aplicação dos recursos.

Art. 17. A fiscalização da aplicação dos recursos transferidos no âmbito desta Resolução é de competência do FNDE/MEC, da SEB/MEC, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, mediante a realização de auditorias, de inspeção e de análise dos processos que originarem as prestações de contas, observado o cronograma de acompanhamento estabelecido pelos órgãos fiscalizadores.

§ 1º O FNDE/MEC realizará auditoria na aplicação dos recursos por sistema de amostragem, podendo, para tanto, requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos que julgar necessário, bem como realizar fiscalização in loco ou, ainda, delegar competência a outro órgão ou entidade pública para fazê-lo.

§ 2º A fiscalização pelo FNDE/MEC, pela SEB/MEC e por todos os outros órgãos ou entidades envolvidos será deflagrada, em conjunto ou isoladamente, sempre que for apresentada denúncia formal de irregularidades no uso dos recursos.

§ 3º Caberá ao FNDE, quando cientificado acerca de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos no âmbito desta Resolução, cuja ocorrência acarrete impacto direto sobre a conformidade financeira da prestação de contas, realizar ações de controle, observados os critérios específicos de definição das ações e cronograma de trabalho anual de sua unidade de Auditoria Interna; para tanto, poderá requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos que julgar necessários, bem como realizar fiscalização direta, isoladamente ou com a participação da SEB/MEC e da unidade técnica do FNDE responsável pela execução das ações no âmbito da Autarquia.

V - DA DENÚNCIA

Art. 18. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar ao FNDE/MEC, à SEB/MEC, ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal ou ao Ministério Público irregularidades identificadas na aplicação dos recursos, contendo necessariamente:

I - exposição sumária do ato ou fato censurável, que possibilite sua perfeita determinação; e,

II - identificação do órgão da administração pública e do responsável por sua prática, bem como a data do ocorrido.

§ 1º Quando a denúncia for apresentada por pessoa física, deverão ser fornecidos o nome legível, o endereço e cópia autenticada de documento que ateste a sua identificação.

§ 2º Quando o denunciante for pessoa jurídica (partido político, associação civil, entidade sindical etc.), deverá encaminhar cópia de documento que ateste sua constituição jurídica e fornecer, além dos elementos referidos no parágrafo 1º deste artigo, o endereço da sede da representante.

Art. 19. As denúncias encaminhadas ao FNDE/MEC deverão ser dirigidas à Ouvidoria, no seguinte endereço:

I - se por via postal, Setor Bancário Sul - Quadra 2 - Bloco F - Edifício FNDE - Brasília, DF - CEP: 70.070-929

II - se por meio eletrônico, ouvidoria@fnde.gov.br.

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Ficam aprovados os Anexos I e II desta Resolução, disponíveis no sítio do FNDE: www.fnde.gov.br.

Art. 21. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente da Resolução CD/FNDE nº 29 de 27 de julho de 2012 e da Resolução CD/FNDE nº 39 de 24 de agosto de 2012.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSE HENRIQUE PAIM FERNANDES

(os anexos da Resolução estão disponíveis no portal do FNDE)

ANEXO II
RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 23, DE 10 DE JUNHO DE 2013

Retifica a alínea “a” do inciso III, artigo 10 da Resolução
CD/FNDE nº 17, de 16 de maio de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas “a” e “b”; 5º, caput; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do FNDE realizada no dia 31 de maio de 2012,

R E S O L V E, “AD REFERENDUM”,

Art. 1º Retificar o artigo 10, inciso III, alínea a da Resolução CD/FNDE nº 17, de 16 de maio de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. _____

III - aos municípios e ao DF:

a) cadastrar no Simec, no Módulo E. I. Manutenção – aba Suplementação de Creches MDS (disponível no sítio eletrônico <http://simec.mec.gov.br>) a quantidade de matrículas referentes ao ano de 2012 relativas às crianças de zero a 48 meses que sejam membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, atendidas em tempo parcial ou integral em cada creche pública ou em instituição comunitária, confessional ou filantrópica sem fins lucrativos conveniada com o poder público;”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSE HENRIQUE PAIM FERNANDES